

O método da simulação como prática pedagógica voltada ao ensino jurídico

RESUMO

A educação jurídica tradicional diverge da formação do profissional buscado pelo mercado na contemporaneidade. Nesse contexto, a aplicação de metodologias ativas, como é o caso da simulação, pode contribuir para o desenvolvimento das habilidades necessárias. Nesse sentido, a partir de pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva e exploratória, o presente trabalho busca relatar prática pedagógica aplicada em turmas diversas a fim de viabilizar a compreensão do conteúdo relacionado à publicidade profissional na advocacia. Assim, em vez de simplesmente despejar o conteúdo por meio de aulas inteiramente expositivas, optou-se por desenvolver uma atividade de simulação, em que os alunos, assumindo o papel de sócios de um escritório de advocacia, desenvolveram um plano de publicidade profissional. A atividade mostrou-se bastante proveitosa, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades necessárias à interação, ao debate, ao senso crítico, à análise e ao raciocínio dos discentes. Contribuiu, também, para um maior engajamento dos alunos.

Palavras-chave: ética profissional; publicidade profissional; metodologia ativa; simulação.

1 INTRODUÇÃO

A educação jurídica tradicional não condiz com a formação do profissional buscado pelo mercado. Em uma sociedade centrada no desenvolvimento tecnológico e na celeridade dos processos, busca-se um profissional ágil, criativo, capaz de inovar e resolver problemas cada vez mais complexos. Esse profissional, no entanto, dificilmente será formado a partir de um ensino majoritariamente hierarquizado, cujo conteúdo é passado em forma de respostas, contidas em manuais, por meio de aulas predominantemente expositivas.

Nesse contexto, o presente trabalho busca relatar prática pedagógica aplicada em diversas turmas a fim de viabilizar a compreensão do conteúdo de publicidade profissional na advocacia. Com o propósito de observar a contribuição da aplicação de metodologias ativas como útil ferramenta nesse processo transformador, a aplicação das metodologias ativas pode representar uma útil ferramenta na reformulação do ensino jurídico.

Priscilla Maria Santana

Macedo Vasques

Mestre

<https://orcid.org/0000-0001-6749-1519>

priscillasantanamacedo@gmail.com

Autor correspondente:

Priscilla Maria Santana

Macedo Vasques

E-mail: priscillasantanamacedo@gmail.com

Submetido em: 09/02/2024

Aprovado em: 29/02/2024

Como citar este artigo:

VASQUES, Priscilla Maria Santana Macedo. O método da simulação como prática pedagógica voltada ao ensino jurídico. **Revista Interagir**, Fortaleza, v. 18, n. 124 Edição Suplementar, p. 34-36, out./dez. 2023.

2 MÉTODOS

Para alcançar os objetivos almejados, adotou-se metodologia bibliográfica, quanto às fontes; qualitativa, quanto à abordagem do problema; e, quanto aos objetivos, descritiva e exploratória.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação jurídica tradicional se assemelha ao que Freire (1987, p. 37) denomina de “educação bancária”, marcada pelo educador como sujeito condutor dos educandos à memorização mecânica do conteúdo por ele ministrado, ou narrado. A educação nesse modelo é um ato de “depósito” do conhecimento pelo educador ao educando, que somente possui a função de armazenar o conhecimento que lhe foi passado e repetir.

Predomina o uso de aulas expositivas, a indicação de estudo por manuais, permanecendo o aluno em posição passiva, de receber o conteúdo que lhe é “depositado” e replicá-lo em respostas – seja em provas avaliativas da própria graduação, seja no exame de ordem, seja em concursos públicos.

Um dos desafios da docência no ensino jurídico é justamente transcender a “educação bancária” e chegar a uma “educação libertadora”, problematizadora, que busca desenvolver no discente a consciência crítica que já possuem, formando verdadeiros agentes de transformação do mundo e não meros repetidores de respostas (Freire, 1987, p. 44). A ideia é verdadeiramente inserir o aluno como sujeito do seu próprio pensar.

As metodologias ativas apresentam-se como ferramenta útil nesse processo, na medida em que inserem o aluno em uma posição “ativa”, protagonizando o próprio processo de aprendizagem e efetivamente experienciando o conteúdo.

Com o objetivo de contribuir para uma educação libertadora, foi desenvolvida atividade prática de simulação voltada ao ensino das regras sobre publicidade profissional na advocacia. A atividade já foi aplicada em diversas turmas nas disciplinas de Ética Profissional e Estágio Supervisionado, bem como em grupos de alunos de semestres variados, no formato de “Oficinas” em atividade complementar.

A simulação lembra uma determinada situação, sem sê-la propriamente. Assim, no âmbito do ensino jurídico, a simulação objetiva inserir os discentes na atividade de um advogado, por exemplo, atuando como o advogado atua diante de determinada situação (Feinman, 1995, p. 469).

O foco da atividade de simulação é observar o modo como esses alunos se portam na interação entre os atores, e, para tanto, é imprescindível contar com um elemento de imprevisibilidade. Desse modo, é possível desenvolver “a capacidade de ativar, segundo as solicitações do momento, o conhecimento teórico e as estratégias práticas que foram construídas em outro momento do curso” (Ghirardi, 2012, p. 60-61).

O foco ultrapassa a simples aplicação prática do conteúdo teórico e engloba, também, a forma como os discentes atuam e explo-

ram o papel que lhes cabe. Trata-se da possibilidade de complementar as demais atividades desenvolvidas na graduação, sem substituí-las. Os alunos, desse modo, precisam obter o conteúdo doutrinário, legal e jurisprudencial, seja por meio de estudo dirigido, seja por meio de aula expositiva, para, só então, participarem da atividade de simulação (Schrag, 1989, p. 557-558).

Á atividade em questão foi desenvolvida em três etapas: inicialmente, os alunos escutam breve explicação sobre os principais conceitos e regras aplicáveis à matéria, notadamente o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, o Código de Ética e Disciplina e o Provimento nº 205/2021, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Em um segundo momento, a turma é dividida em equipes para que possam desenvolver a simulação.

A simulação consiste na criação de um escritório de advocacia fictício, em que os alunos, de cada equipe, simulando a posição de sócios, devem determinar, em conformidade com as regras éticas e disciplinares: o nome do escritório, a área de atuação e o público-alvo. A partir dessa escolha, deve ser traçado um plano de ação de publicidade profissional com pelo menos três estratégias específicas, com o objetivo de se firmar como autoridade na área escolhida e alcançar o público-alvo.

Ao final, as equipes apresentam para toda a turma o seu escritório e plano de ação simulado, podendo os demais colegas elaborarem questionamentos e proposições sobre os projetos criados. À docente, nesse momento, incumbe

o papel de mediar e conduzir os debates, formulando perguntas e, quando for o caso, dando sugestões e fazendo correções necessárias.

A depender do público, o resultado é variável. Em turmas menos participativas, observou-se que foi necessária uma maior frequência de intervenção da docente, mas sem efetivamente entregar as respostas, e sim buscar conduzir a problematização a fim de obter um resultado proveitoso.

Ao passo que, em determinadas turmas, os alunos desenvolveram planos complexos, criando identidade visual do escritório, modelo de cartão de visitas e exemplos de postagens para redes sociais. Em outras turmas, no entanto, mantiveram-se na zona de conforto e propuseram estratégias “genéricas”, por exemplo, “postar conteúdo nas redes sociais”, sem explicitar maiores detalhes. Nesses casos, o docente deve funcionar como um mediador e, a partir de questionamentos, tentar conduzir os alunos ao resultado pretendido, perguntando, por exemplo: “Que tipo de conteúdo seria postado?”, “Como seria a redação do título e do texto da postagem?” etc.

De um modo geral, a atividade mostrou-se proveitosa nas turmas em que foi aplicada. Observou-se que a compreensão do conteúdo ministrado foi mais efetiva quando comparada a outras experiências de aulas expositivas, uma vez que os alunos puderam efetivamente visualizar, na prática simulada, a aplicação do conteúdo teórico e problematizar e pensar criticamente as situações criadas, analisando possíveis consequências dela decorrentes.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se pela relevância da utilização de metodologias diversas a fim de adequar a educação jurídica às demandas atuais da sociedade. Dentre as alternativas metodológicas, propôs-se uma atividade de simulação voltada ao ensino e à aprendizagem das regras de publicidade profissional na advocacia, que já foi aplicada em diversas turmas.

A experiência realizada apresentou, no geral, um resultado proveitoso, em especial no engajamento dos alunos, bem como na apreensão do conteúdo teórico explicitado a partir da visualização prática simulada e sua aplicação. Os alunos passaram a problematizar e a pensar criticamente nas situações criadas, analisando possíveis consequências dela decorrentes e, inclusive, identificando pontos da norma que entenderam excessivos.

As dificuldades encontradas em determinadas turmas, relacionadas a uma falta de interesse, apatia, ou mesmo timidez dos grupos de alunos, no geral, puderam ser ultrapassadas a partir das intervenções da docente, conduzindo os debates a partir de questionamentos e provocações, sem, no entanto, fornecer as respostas.

Percebeu-se, portanto, que a metodologia utilizada, além da compreensão do conteúdo teórico e dos dispositivos normativos aplicáveis, viabilizou a construção de habilidades diversas dos discentes, como a de análise, senso crítico, raciocínio, interação, criatividade, dentre outras.

REFERÊNCIAS

- FEINMAN, J. M. Simulations: an introduction. *Journal of Legal Education*, v. 45, p. 469, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GHIRARDI, José Garcez. *O instante do encontro: questões fundamentais para o ensino jurídico*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- SCHRAG, Philip G. The serpente strikes: simulation in a large first-year course. *Journal of Legal Education*, v. 39, n. 4, p. 555-569, 1989.